

A educação política na agenda do cooperativismo – o caso do Paraná

Daniely Andressa da Silva
Diogo Tavares
José Roberto Ricken

Resumo

Este artigo apresenta o Programa de Educação Política do Cooperativismo no Estado do Paraná, implementado pelo Sistema Ocepar, entidade de representação institucional do cooperativismo paranaense. Idealizado em conjunto com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), este programa foi iniciado, em um formato piloto, durante o processo eleitoral de 2018 e ampliado nas eleições de 2022, tendo alcançado caráter permanente em 2023. A iniciativa tem promovido a participação, a conscientização e o engajamento do público cooperativista na política, contribuindo para o fortalecimento da representação institucional do setor.

Abstract

This article presents the Political Education Program for Cooperatives in the State of Paraná, implemented by the Ocepar System, the institutional representative body for cooperatives in Paraná. Conceived in conjunction with the Organization of Brazilian Cooperatives (OCB), this program was initiated in a pilot format during the 2018 electoral process and expanded in the 2022 elections, reaching a permanent character in 2023. The initiative has promoted the participation, awareness

and engagement of the cooperative public in politics, contributing to the strengthening of the sector's institutional representation.

Introdução

O cooperativismo, enquanto modelo econômico e social, é baseado na participação democrática e na autogestão. Um ambiente político estável, segurança jurídica e políticas públicas assertivas são essenciais para o pleno desenvolvimento deste modelo econômico. Por isso, não é de hoje que os cooperativistas participam da política nacional. Desde a Assembleia Constituinte de 1988, o cooperativismo tem se organizado de modo coeso para influenciar o processo decisório no Congresso Nacional, por meio da formação de frentes parlamentares e da articulação com outros grupos de interesse em diferentes ramos.

Com o tempo, o amadurecimento da democracia trouxe novos desafios para o exercício da cidadania. Nas últimas eleições no Brasil, foi possível observar o crescimento da aversão à política em nossa sociedade, impulsionado por um processo de polarização que ultrapassou o ambiente político-eleitoral, afetando famílias, empresas e demais espaços de socialização (NUNES; TRAUMANN, 2023). O ambiente cooperativista não está imune a esse fenômeno.

O alto custo informacional do sistema eleitoral brasileiro, que elege deputados, senadores, governadores e o presidente em um único pleito, contribui para o desconhecimento sobre o funcionamento do processo e a falta de accountability dos políticos. O volume e a velocidade de informações, potencializadas através do uso das redes sociais, somados ao fenômeno da desinformação impõe dificuldades ao eleitor na decisão consciente do seu voto. Nesse cenário, em que a desinformação se espalha rapidamente, ter acesso a informações confiáveis e análises fundamentadas torna-se fundamental para a participação e engajamento consciente na política (CAVASSADA; CERVI, 2018). Além disso, o grau de importância atribuído às eleições presidenciais e a complexidade envolvendo a relação entre as instituições fomentam um certo desconheci-

mento sobre o papel e a relevância do Poder Legislativo na democracia (SANTOS, 2000; AMORIM NETO, 2003). Essas circunstâncias, somadas a fatores da cultura política e aos desafios inerentes à prática democrática, favorecem a desconfiança da sociedade em relação às instituições. O resultado disso é o descrédito, a apatia e a omissão.

É nesse contexto que o Sistema Ocepar e o Sistema OCB, instituições que têm como objetivo fomentar o desenvolvimento das cooperativas como modelo socioeconômico no estado do Paraná e no Brasil, respectivamente, tomaram a iniciativa de organizar o “Programa de Educação Política para o Cooperativismo Paranaense”. Com o propósito de incentivar a participação, a sensibilização e o engajamento do público cooperativista na política, o programa busca promover o voto consciente, disponibilizar informações de qualidade e capacitar cooperativistas, visando ao fortalecimento da representação do setor.

Este artigo pretende apresentar o Programa de Educação Política desenvolvido pelo Sistema Ocepar e se organiza em três partes. No primeiro capítulo, descreve-se brevemente o cooperativismo paranaense, seus aspectos jurídicos, indicadores econômicos e números de representação que dimensionam a relevância do setor para o Paraná e para o Brasil. No segundo capítulo, aborda-se a organização política do cooperativismo no contexto da democracia brasileira, e como surge o Programa de Educação Política em meio aos novos desafios de amadurecimento democrático. Também são apresentados os objetivos do programa e seus aspectos de organização durante o período eleitoral. Por fim, são referidas as ações do programa para uma educação política permanente, enfatizando as atividades realizadas em períodos não eleitorais que buscam colocar o público em contato com as instituições democráticas e o trabalho de representação e defesa institucional do cooperativismo.

1. O cooperativismo paranaense

O Cooperativismo identifica um sistema econômico de organização dos meios de produção e distribuição de resultados, com vistas a

assegurar o desenvolvimento econômico e social de seus associados, em um modelo de equilíbrio entre capitalismo e o socialismo (FRANKE, 1973).

As cooperativas são sociedades que concretizam um modelo mundialmente reconhecido a partir de sete princípios norteadores, definidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), quais sejam: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade¹.

No Brasil, a definição das sociedades cooperativas é dada pelo artigo 4º da Lei n. 5.764/1971, que as conceitua como sociedades de pessoas, que contribuem reciprocamente com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, tendo como principal objetivo a prestação de serviços aos seus sócios diferindo de outros modelos societários tais como as sociedades empresárias, cuja finalidade é o lucro (BULGARELLI, 1998).

A cooperativa tem sua razão de existir na intenção de servir ao cooperado seja subsidiando tecnicamente o exercício da atividade econômica explorada por este, seja viabilizando melhores condições para a aquisição conjunta de produtos ou serviços, seja oportunizando o acesso a mercados, tudo dentro do que estipula seu estatuto e objeto social.

De um lado a cooperativa estrutura-se para servir e auxiliar o desenvolvimento da atividade de seu cooperado (titular da atividade econômica principal), de outro, este utiliza-se destes serviços no exercício de sua atividade econômica, além de estar no comando da própria cooperativa, na condição de seu sócio, deliberando sobre sua gestão e influenciando a tomada de decisão sobre suas operações e rumos. Trata-se, portanto, de um modelo complexo, que identifica, na figura central do cooperado, simultaneamente a condição de sócio, usuário e fornecedor (STÖBERL, 2018).

De acordo com o artigo 5º da Lei 5.764/1971, as cooperativas poderão adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, sendo classificadas, atualmente, em 8 diferentes ramos de

1 <https://aciamicas.coop/pt/nuestro-trabajo/identidad-cooperativa/>

atuação, quais sejam: i. agropecuário, voltado à assistência técnica para produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e pecuários; ii. crédito, caracterizado pela oferta de serviços financeiros aos associados; iii. consumo: voltado à aquisição de produtos e serviços; iv. trabalho, bens e serviços: relacionado à prestação de serviços especializados por seus associados; v. saúde: tem como cerne a prestação de serviços de atenção à saúde humana, tais como serviços médicos, odontológicos, hospitalares e outros; vi. transporte: atuação no transporte de cargas e passageiros; vii. infraestrutura: serviços essenciais como energia, telefonia e habitação; e viii. Seguros, que compreende o mais recente ramo de atuação, voltado ao mercado segurador.

Contudo, pode-se pontuar que para além da dimensão de mercado, em que as cooperativas se estruturam com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de seus cooperados, estas sociedades também atuam em uma segunda dimensão, relacionada à representação de interesses de seus associados. Isso se deve, em especial, ao modelo de participação, implícito na teoria das organizações cooperativas, fundadas na ajuda mútua entre os cooperados, a partir da soma de esforços em prol do bem comum e da prevalência dos princípios cooperativistas, dentre eles a gestão democrática (STÖBERL, 1998).

Por todas essas características, as cooperativas incorporam um regime jurídico próprio, pautado em diretrizes como adesão voluntária, gestão democrática, distribuição equitativa de resultados (Artigo 4º da Lei 5.676/1971), fatores que identificam um modelo econômico que se traduz em desenvolvimento local e sustentável, distribuição de riquezas e geração de empregos.

Neste sentido, cabe referir que em 2024, no Brasil, foram registradas mais de 4,5 mil cooperativas, que somaram R\$ 1,16 trilhão em ativos, R\$ 38,92 bilhões em resultados positivos (sobras), reunindo mais de 23 milhões de cooperados e que geraram cerca de 500 mil postos de trabalho diretos (OCB, 2024).

No Paraná, dados de dezembro de 2024 apontam que as 227 cooperativas registradas somaram mais de 4 milhões de cooperados, gerando

R\$ 205,6 bilhões de reais em faturamento, R\$ 10,8 bilhões de reais em resultados líquidos (sobras) e foram responsáveis por mais de 146 mil postos de trabalho diretos, sendo que dos 399 municípios paranaenses, em mais de 130 a maior organização econômica é uma cooperativa (OCEPAR, 2024).

O cooperativismo representa um importante segmento da economia paranaense, uma vez que as cooperativas participam com cerca de 64% da produção de grãos do Estado e 45% da produção de carnes e produtos lácteos (OCEPAR, 2024). Além disso, quatro das maiores “empresas” do estado são cooperativas².

Atenta ao impacto positivo resultante da ação e organização das cooperativas, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas, reconhecendo o papel fundamental do cooperativismo no desenvolvimento econômico sustentável e na promoção da inclusão social em todo o mundo. Com o lema “*Cooperativas constroem um mundo melhor*”, a iniciativa destaca a importância do modelo cooperativo em temas como a erradicação da pobreza, a segurança alimentar e o fortalecimento das comunidades locais, incentivando governos, em suas mais diversas esferas, e a sociedade civil a adotarem políticas que fortaleçam o setor. (Resolução ONU A/RES/78/289, aprovada na Assembleia Geral, 78^a sessão: 2023-2024).

A representação política do Sistema Cooperativista, por definição legal, é atribuída à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Nos termos do artigo 105 da Lei n. 5.764/1971, compete à OCB, além de manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista, exercer atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema cooperativista.

² AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. **Empresas do Paraná com participação do Estado figuram entre as 500 maiores do Sul.** Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Empresas-do-Parana-com-participacao-do-Estado-figuram-entre-500-maiores-do-Sul#:~:text=Copel%20Sanepar%20BRDE%20Fomento,levantamento%20deste%20tipo%20na%2oregi%C3%A3o.> Acesso em 8 abr. 2025.

Em âmbito estadual, a representação do setor se dá através de 27 organizações estaduais (Artigo 105, §1º da Lei n. 5.764/1971), a exemplo do Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Paraná (Ocepar), órgão de representação e defesa do cooperativismo paranaense.

2. O programa de educação política do cooperativismo paranaense

Não é de hoje que o sistema cooperativista se organiza politicamente para defender seus interesses. A organização política do cooperativismo em períodos democráticos confunde-se intimamente com os momentos históricos da organização da nova ordem institucional da democracia brasileira. Há registros de ação organizada do cooperativismo na política democrática em 1984, sob o contexto histórico do movimento “*Diretas Já*”, que reivindicava eleições diretas para Presidente da República no cenário de abertura política do país.

A pressão popular por tempos de mudança e por democracia culminou na eleição indireta do primeiro presidente civil em 21 anos e no processo de eleições ocorrido em 1986, no qual os brasileiros foram às urnas para eleger a Assembleia Nacional Constituinte. Embora alguns setores da sociedade defendessem a formação de uma Constituinte Exclusiva³, prevaleceu a tese do *Congresso Nacional Constituinte*, formado por deputados federais e senadores, que trabalharam entre 1986 e 1988 para a construção da nova Constituição. Neste contexto, surgiu a FRENCOOP – Frente Parlamentar do Cooperativismo.

De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB (2015) e comentaristas como Cascione (2018) e Ricken e Stöberl (2014), a FRENCOOP teve sua origem em 1987, em uma atuação que buscava ga-

3 Órgão de experts apartidários eleitos exclusivamente para a construção da Constituição.

rantir o ‘Ato Cooperativo’⁴ na nova Constituição, bem como a autonomia e independência das cooperativas em relação à atuação do Estado⁵; e a diretriz de apoio e estímulo ao cooperativismo⁶, diretrizes constitucionais que implementaram um arcabouço que embasou o desenvolvimento de legislações e políticas públicas de fortalecimento do modelo cooperativista.

A redução da tutela do Estado e a atuação da OCB foram fatores fundamentais para o estabelecimento de um cooperativismo livre e atuante politicamente, e que possibilitou a organização de uma frente parlamentar já no trabalho constituinte (PERIUS, 1989); (RICKEN; STÖBERL, 2014).

Desde então, a Frente Parlamentar do Cooperativismo tem sido recriada a cada nova legislatura, mantendo-se em um canal de diálogo constante com a OCB. Seu principal objetivo é representar os interesses das cooperativas no país e fomentar o crescimento do setor (JARDIM, 2023).

Há um entendimento entre os cooperativistas organizados de que o crescimento e fortalecimento do setor dependem de um cenário político que compreenda e respeite as características únicas desse modelo de negócios (OCB, 2025). Esse entendimento torna essencial e relevante o trabalho de convencimento, apoio técnico e sensibilização dos agentes públicos frente aos benefícios sociais e econômicos do cooperativismo. Assim, é necessário conscientizar a base cooperativista sobre a importância de um trabalho de representação forte e organizado frente as instâncias de poder.

Com o amadurecimento da democracia no Brasil, o aumento da complexidade e competição política, além de uma legislação cada vez menos permissiva em termos de participação do setor privado no processo eleitoral, torna-se fundamental um trabalho de representação política profissional e organizado.

4 Vide Art. Art. 146, inciso III, alínea ‘c’ da CF/88, e Art. 79 da Lei 5764/1971.

5 Art. 50, inciso XVIII, da CF/88.

6 Art., 174, §2º, da CF/88.

Além disso, as pesquisas indicam a crescente aversão da população à política e seu desconhecimento quanto ao papel dos parlamentares. Estudo realizado pelo DataSenado aponta que o baixo interesse por política, o desconhecimento sobre o sistema eleitoral, somados ao sentimento de desilusão e corrupção atribuídos à classe política são fatores que levam 60% dos entrevistados a declarar não lembrarem em quem votaram para Deputado Federal ou Senador nas últimas eleições. Dos 40% dos eleitores que recordam de seus candidatos, quase 40% declararam não acompanhar o trabalho dos parlamentares. Ainda, 68% declararam que acompanham com pouca frequência ou nunca acompanham as notícias sobre o que está sendo debatido pelos senadores⁷.

É nesse contexto que surge o Programa de Educação Política do Cooperativismo. Criado em 2018 por iniciativa do Sistema Ocepar em parceria com o Sistema OCB, em um contexto de eleições gerais bastante competitivas, conturbadas e polarizadas.

O objetivo do programa é fomentar a conscientização, participação e o engajamento do público cooperativista na política, buscando fortalecer a representação político-institucional do setor (OCEPAR, 2018); (OCB, 2018). O programa busca sensibilizar o público cooperativista sobre a importância da participação popular, do voto consciente, e da escolha de candidatos alinhados aos interesses do cooperativismo, que, se eleitos, possam integrar a FRENCOOP. Como princípios basilares do programa, compreendem-se: integridade, legalidade, neutralidade ideológica, suprapartidarismo e o respeito aos princípios democráticos.

(...) o programa tem por objetivo conscientizar sobre a importância do voto, disseminar a educação política junto aos cooperativistas do Paraná, contribuindo para o engajamento e a valorização das ações da Frencoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo) no Congresso Nacional.

⁷ DATASENADO, Instituto de Pesquisa. Panorama Político 2022: O cidadão e o Senado Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/panorama-politico-2022>.

Considerando todos os aspectos da lei, e mantendo a neutralidade partidária e ideológica, o projeto tem como premissa fundamental a defesa das bandeiras e demandas das cooperativas brasileiras” (RICKEN, 2023)⁸.

No quadro 1 apresentamos um resumo de intenções do programa, baseado nos seus objetivos, eixos de atuação e ações de educação política:

QUADRO 1. Resumo de intenções do Programa de Educação Política

Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">- Fomentar a conscientização, o engajamento e a participação política do cooperativismo e potencializar a sua representação político-institucional;- Impulsionar a eleição e reeleição de candidatos comprometidos com o cooperativismo e fomentar o engajamento político de jovens, mulheres e demais lideranças cooperativistas;- Conscientizar as cooperativas sobre o impacto das políticas públicas para os negócios;- Transparência e prestação de contas na atuação da Frencoop;- Ampliar a participação do cooperativismo na construção de propostas.
Eixos de atuação	<ul style="list-style-type: none">- Proposta para um Brasil mais cooperativo;- Boas práticas de atuação no processo eleitoral;- Comunicação e mobilização digital;- Prestação de contas da atuação de parlamentares;- Engajamento, participação e representação cooperativista.
Premissas	<ul style="list-style-type: none">- Envolvimento das Cooperativas, Ocepar e OCB;- Integridade, Legalidade, neutralidade ideológica e partidária, respeito aos princípios democráticos;- Temas de interesse do cooperativismo;- Informação e valorização das ações de representação;- Compromisso de integrar e fortalecer a Frencoop.
Possibilidades/ Ações	<ul style="list-style-type: none">- Formulação de propostas para candidatos ao governo estadual e ao legislativo;- Formação de lideranças cooperativistas, inclusive grupos de jovens e mulheres;- Canais de comunicação nas redes para compartilhar informações sobre eleição e candidatos;- Cursos e palestras de educação política e legislação eleitoral;- Encontros regionais com candidatos cooperativistas;- Formação de movimentos em prol do voto em candidatos cooperativistas;- Contato com partidos e movimentos para incluir o cooperativismo em suas plataformas.

Fonte: Elaboração própria com base em informações disponibilizadas pelo site do Programa de Educação Política da OCEPAR na edição de 2022.

8 Palavra do Presidente. A Importância do voto consciente. Ricken, José Roberto et al. **Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense: Relatório final.** Curitiba: Sistema Ocepar. 2023.

A Lei n. 5.764/1971, em seu artigo 4º, inc. IX, reconhece como característica precípua das sociedades cooperativas a neutralidade política, sendo ela um dos pilares fundamentais do programa de educação política. Entretanto, cumpre pontuar que a neutralidade político-ideológica não se confunde como omissão à participação política.

A omissão consiste na total abstenção na participação política e em relação à importância desta nas cooperativas e na sociedade como um todo. De outro lado, a neutralidade pressupõe a independência, o suprapartidarismo e o respeito à pluralidade de visões políticas, sendo este um pressuposto para as ações do programa e para o fortalecimento do debate democrático.

Para entender a importância dos investimentos e fomento da participação por meio de programas de Educação Política, é preciso pensar além das formas tradicionais da democracia representativa (DANTAS, 2012); (MOISÉS; 2010). Educar politicamente, habilitando a comunidade para participar da vida pública, é um modo de colaborar com o caráter qualitativo da democracia. Fomentar a participação e o engajamento, é modo de colaborar com o caráter quantitativo da democracia (DANTAS, 2010).

O setor privado e entidades de representação investem em Educação Política, por que entendem que a democracia é comprovadamente uma variável explicativa e necessária para o desenvolvimento econômico e para a cooperação entre diferentes setores da economia (NORTH, 1993); (PRZEWORSK, 1990); (ACEMOGLU; ROBINSON, 2013). A conceituação do programa de educação política do cooperativismo parte da premissa de que a participação política não é antagônica à representação tradicional organizada pelas federações, nem mesmo à democracia representativa exercida pelos parlamentares. Pode a participação cidadã ser complementar e fortalecer a representação e a democracia representativa. Por isso, é relevante investir em educação política.

Para atingir os objetivos do programa por meio de suas ações, a comunicação e a organização são aspectos primordiais. Desde a primeira edição do programa, o Sistema Ocepar disponibiliza conteúdos em di-

versos formatos como cartilhas, vídeos e cursos com uma ampla abordagem temática. Dentre os temas estão: o incentivo ao voto consciente, boas práticas eleitorais, mobilização digital, participação cidadã nas decisões políticas e engajamento da comunidade.

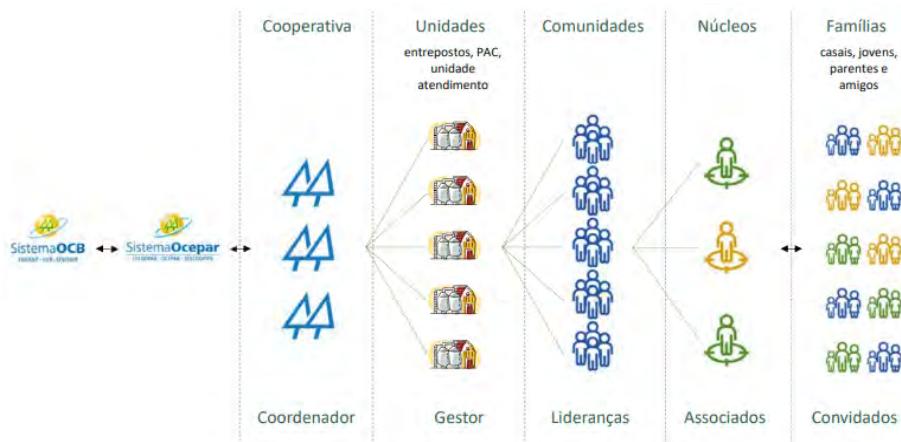
No entanto, a construção dos materiais e ações de Educação Política são feitas por meio de um diálogo permanente com a base. É importante considerar as características do público de cada um dos ramos do cooperativismo, e da cultura política onde está geograficamente inserida a cooperativa. Por isso, o programa se organiza através da nomeação de coordenadores indicados pelas cooperativas, para membros do Grupo de Trabalho (GT) de Educação Política, organizado pela Ocepar. Esses membros tornam-se multiplicadores relevantes e servem de canal entre o sistema Ocepar e as cooperativas, que, por sua vez, replicam os conteúdos do programa e realizam atividades de educação política junto a seus cooperados, colaboradores e comunidade em geral. A imagem 1 representa o fluxo de compartilhamento de informações no âmbito do programa.

IMAGEM 1. Fluxo de compartilhamento de materiais institucionais do Programa de Educação Política



Fonte: Elaboração própria, com base em informações da OCB, OCEPAR (2025).

IMAGEM 2. Fluxograma de informações do Programa de Educação Política



Fonte: Elaboração própria, com base em informações da OCB, OCEPAR (2018).

O GT do Programa de Educação Política conta com uma representação expressiva de coordenadores dos 7 ramos do cooperativismo⁹. Os coordenadores são peças-chave para a comunicação com a cooperativa, com o público cooperativista, e além de tudo, para engajar a comunidade local. No período eleitoral, eles cumprem um papel relevante não só de multiplicadores, mas de relações institucionais no diálogo constante entre cooperativas e candidatos.

Outra etapa importante do programa de Educação Política é o trabalho com as candidaturas. Esse trabalho é realizado por meio da adesão voluntária de candidatos que procuram o programa, que passam por um processo de imersão sobre o cooperativismo e a sua agenda de políticas, além de manifestarem o compromisso de atuarem em defesa deste segmento. Identificar a propensão em apoiar as pautas do cooperativismo no Congresso Nacional é requisito importante para a participação do candidato no programa:

⁹ O 8º ramo do cooperativismo ainda se encontra em fase de regulamentação, inexistindo, até o momento da edição deste artigo, o registro de cooperativas de seguros.

Quem apoia o trabalho em defesa das demandas cooperativistas, merece nossa confiança. O voto é nosso instrumento para fortalecer a Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRENCOOP) e, através dela, defender os interesses do setor no Congresso Nacional – Fala do presidente José Roberto Ricken promovida em materiais do Programa de Educação Política (RICKEN, 2022b).

A partir de critérios objetivos e do trabalho de monitoramento legislativo realizado pelas equipes técnicas da OCB e Ocepar, a exemplo da atuação em temas de interesse para o setor, é identificado o histórico político e do trabalho desenvolvido pelo candidato em prol do cooperativismo durante seu mandato no Congresso Nacional ou, no caso de novos candidatos, de sua atuação junto à base cooperativista ou ainda em ações desenvolvidas em mandatos locais ou estaduais, no âmbito de qualquer um dos três Poderes.

Este levantamento tem como objetivo garantir transparência e facilitar o acesso do público cooperativista à prestação de contas das ações realizadas pelos candidatos, incentivando a cidadania e a participação política, contribuindo para a melhor decisão de voto a partir da identificação de candidatos relacionados ao cooperativismo.

Essa é uma etapa importante do trabalho considerando o custo informacional das eleições no Brasil. O custo informacional para a tomada de decisão em eleições competitivas nas democracias é muito alto (DOWNS, 2011). No Brasil esses custos são ainda mais elevados devido a características do nosso sistema eleitoral político (CAVASSADA; CERVI, 2018). O *sistema eleitoral proporcional de lista aberta*, para a eleição de deputados, fomenta a fragmentação partidária e uma alta demografia de candidatos em uma magnitude eleitoral geograficamente ampla (AMES, 2001).

Somente no estado do Paraná, nas eleições de 2022, 736¹⁰ candidatos em 28 partidos concorreram à 30 vagas para deputado federal pelo

10 Dados do DivulgaCandi do TSE sobre as eleições de 2022.

estado. Assim, cumpre destacar ao eleitor cooperativista a importância das eleições para o legislativo, através do mapa de candidaturas, filtrando desse grande universo de candidatos quem são aqueles que estão dispostos a defender a pauta do cooperativismo, independente de partido.

Dos 33 parlamentares federais que representam o Paraná no Congresso Nacional, 23 Deputados e os três Senadores integram a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Ao todo, a FRENCOOP conta hoje com 248 deputados e 40 Senadores.

3. A Educação Política permanente: Sensibilização e fortalecimento da representação

A consolidação de uma cultura política ativa e propositiva no âmbito do cooperativismo demanda esforços contínuos e articulados de sensibilização e formação. A partir deste contexto, o Sistema OCB, e por conseguinte, o Sistema Ocepar, passaram a estruturar o Programa de Educação Política de modo permanente.

Essa estratégia compreende diversas iniciativas integradas que vão desde a constituição de espaços técnicos para debater temas relevantes da política para o cooperativismo, reuniões entre os coordenadores de Educação Política para planejamento das ações do programa, até ações de sensibilização sobre a participação política e formação de lideranças.

O GT permanente do Programa de Educação Política passou a realizar reuniões periodicamente, a partir do primeiro semestre de 2023. Essas reuniões funcionam como espaços de diálogo e construção coletiva, nos quais se definem prioridades temáticas, metodologias e estratégias de abordagem junto aos diferentes públicos. Esse processo participativo tem garantido maior aderência das ações às realidades das cooperativas e fortalecido o senso de pertencimento institucional.

A agenda permanente do GT é também um instrumento para acompanhamento e divulgação, para as cooperativas, das ações da FRENCOOP e de demais agentes políticos que atuam em defesa do cooperativismo. No entanto, também discorre sobre o desenvolvimento de ações

voltadas ao aprofundamento técnico em temas relacionados à agenda institucional do cooperativismo e à educação política em período pós-eleitoral.

Esse é um componente estratégico do programa com a promoção de encontros e diálogo com parlamentares, burocratas e representantes de órgãos públicos. Estes momentos, por um lado, oportunizam a apresentação de pautas prioritárias do setor aos agentes públicos e, de outro, propiciam aos representantes maior compreensão das pautas e da relevância econômica e social do modelo cooperativista, além de subsídio técnico para suas atividades (OCEPAR, 2023).

O que motiva a participação de agentes públicos nestes momentos é a busca por subsídios informacionais (RICKER, 1987; KREHBIEL, 1991; LIMONGI, 1994). Esse diálogo permanente oferece valor informacional aos representantes, que muitas vezes, se utilizam dos conteúdos e pleitos trazidos pelas cooperativas para orientar o trabalho de construção de proposições legislativas e políticas públicas.

Além do diálogo com autoridades, o Programa de Educação Política também promove cursos e encontros com especialistas de diferentes áreas que tratam da política. Com uma abordagem multidisciplinar que compreende debates com especialistas da área de Ciência Política, Direito, Comunicação, Filosofia, Relações Internacionais e Economia entre outras áreas do conhecimento correlatas a política, estas ações buscam aprofundar o conhecimento teórico dos membros do GT e orientar tecnicamente as cooperativas, promovendo uma arena de difusão do conhecimento e de subsídios para que os membros do GT possam incentivar o engajamento e participação da base, e reforçar o compromisso do cooperativismo com a democracia e a participação proativa.

Dentro do eixo de capacitação do programa, em 2024 o Sistema Ocepar customizou um programa de pós-graduação *latu sensu*, com o propósito de contribuir para a compreensão, pelas cooperativas, da dinâmica do sistema político brasileiro e cenários globais. A ideia é difundir a compreensão do sistema político como elemento essencial ao posicionamento estratégico das cooperativas e do cooperativismo.

Ainda, nessa esteira, uma das ações do programa é a organização anual do Fórum de Educação Política. A realização do fórum constitui outro vetor de ampliação da educação política cooperativista. Este evento reúne lideranças cooperativas, autoridades públicas, acadêmicos e representantes da sociedade civil para discutir temas estruturantes da política, estadual e nacional, e seu impacto sobre o cooperativismo.

Por fim, integram as atividades de sensibilização, formação e informação do programa a publicação semanal de informes técnicos, disponibilizados às cooperativas, bem como a realização de visitas cívicas que imergem o público cooperativista – incluindo diretorias executivas, lideranças regionais e cooperados – no contato com os trabalhos de representação do Sistema Ocepar, do Sistema OCB e com as instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

4. Considerações Finais

O Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense representa uma resposta estratégica e inovadora aos desafios contemporâneos enfrentados pela democracia representativa e pelo sistema cooperativista. A iniciativa se destaca por integrar, de forma articulada, ações de formação, mobilização e sensibilização voltadas à promoção da participação cidadã e ao fortalecimento da representação política do setor.

Ao fomentar uma cultura de engajamento político consciente entre cooperados, lideranças e comunidades, o programa contribui não apenas para a defesa de interesses do cooperativismo, mas também para a qualificação do debate público e o fortalecimento das instituições democráticas.

A proposta se insere em um contexto de crescente polarização, desinformação e apatia política, oferecendo um caminho concreto para a superação desses entraves por meio da educação e da organização coletiva.

Nesse sentido, a consolidação de uma estratégia de educação política permanente, como vem sendo estruturada no Paraná, reforça a vo-

cação democrática do cooperativismo, ao mesmo tempo em que amplia a sua capacidade de influenciar políticas públicas adequadas às suas especificidades, contribuindo para a construção de um ambiente político mais informado, engajado e responsável. A neutralidade político-ideológica, enquanto princípio do programa, garante sua legitimidade e seu compromisso com a pluralidade de ideias, valores que sustentam uma atuação ética e responsável no espaço público.

A experiência paranaense mostra que a educação política, quando pensada como um processo contínuo e participativo, é capaz de transformar a representação institucional em um instrumento eficaz de transformação social. O movimento cooperativista é formado por um número expressivo de brasileiros que, organizados e bem-informados, podem contribuir para a escolha de representantes cada vez mais qualificados e comprometidos com a construção de políticas públicas eficientes não apenas para este segmento, mas para o país como um todo.

Referências

ACEMOGLU, Daron & ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam:** as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza. tradução de Cristiana Serra. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. **Empresas do Paraná com participação do Estado figuram entre as 500 maiores do Sul.** Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Empresas-do-Parana-com-participacao-do-Estado-figuram-entre-500-maiores-do-Sul#:~:text=Copel%20Sanepar%20BRDE%20Fomento,levantamento%20deste%20tipo%20zona%20regi%C3%A3o.> Acesso em 8 abr. 2025.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: O que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. **Dados**, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000400002>. Acesso em: 19 de Set. 2023.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** Uma defesa das regras do jogo. Tradução por Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Dispõe sobre o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 1971.

BULGARELLI, Waldirio. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica.** Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

CARVALHO, Fernanda Cavassana de ; CERVI, Emerson Urizzi . Imprensa brasileira e eleições presidenciais: a polarização do conteúdo jornalístico das revistas na web. **Cuadernos**, v. 42, p. 163-182, 2018.

CASCIONE, Silvio Ricardo Silva. **Institucionalização e influência das frentes parlamentares no Congresso brasileiro.** 2018. xviii, 166 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

COOPERATIVAS DAS AMÉRICAS. **Identidade Cooperativa.** Disponível em: <https://aciamericanas.coop/pt/nuestro-trabajo/identidad-cooperativa/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

CRICK, Bernard. Education for citizenship: the citizenship order. **Parliamentary Affairs**, n. 55, v. 3, p. 488-504, 2002.

DANTAS, Humberto. O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer**, ano XI, vol. 3. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 3-11, 2010.

DATASENADO, Instituto de Pesquisa. **Panorama Político 2022: O cidadão e o Senado Federal.** Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/panorama-politico-2022>. Acesso em: 8 abr. 2025.

DOWNS, Antony. **Uma teoria econômica da Democracia.** Coleção Clássicos. São Paulo. Edusp, USP, 2011.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo.** São Paulo: Saraiva, 1973. 157 p.

JARDIM, Arnaldo. **Discurso no lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo 2023.** Brasília, DF, 18 abr. 2023. Discurso proferido durante o lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/noticia/arnaldo-jardim-reforca-importancia-do-cooperativismo-na-agenda-do-congresso-nacional>. Acesso em: 11 abr. 2025.

KREHBIEL, Keith. **Information and legislative organization.** Ann Arbor, University of Michigan Press, 1991.

LIMONGI, Fernando. **O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente.** BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Ed. 37, Páginas 3-38, 1994.

NORTH, Douglas. “**Autobiography**”. The Bank of Sweden Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel, 1993.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. (2023), **Biografia do abismo:** Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: Editora HarperCollins.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **Agenda Institucional do Cooperativismo 2015.** Brasília: OCB, 2015.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do Cooperativismo.** Disponível em: <https://anuario.coop.br/>. Acesso em 30 mar. 2025.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **Brasil chega a 23,45 milhões de cooperados.** 2024. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/noticias/brasil-chega-a-23-45-milhoes-de-cooperados>. Acesso em: 08 abr. 2025.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **Programa de Educação Política para o Cooperativismo Brasileiro.** Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/solucoes/representacao/educacao-politica>, Acesso em: 09 abr. 2025.

OCEPAR, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense:** eleições 2018. Curitiba: Sistema OCEPAR, 2018. Cartilha institucional.

OCEPAR, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Atividades do GT dos coordenadores do Programa de Educação Política são retomadas.** Disponível em: <https://www.paranacooperativo.coop.br/noticias-representacao/sistema-ocepar-atividades-do-gt-dos-coordenadores-do-programa-de-educacao-politica-sao-retomadas-145534>. Acesso em: 8 abr. 2025.

OCEPAR, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Paraná Cooperativo.** Disponível em: <https://www.paranacooperativo.coop.br/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

OCEPAR, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Programa de Educação Política.** Disponível em: <https://www.paranacooperativo.coop.br/solucoes/representacao/educacao-politica>. Acesso em: 08 abr. 2025.

ONU. **Resolução A/RES/78/289, aprovada na Assembleia Geral, 78ª sessão, 2023-2024.** Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/78/289. Acesso em: 08 abr. 2025.

PERIUS, Virgílio. Frederico. **O Cooperativismo na Constituinte.** 1. ed. Brasília: OCB, 1989. 49p.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America.** Cambridge University Press, 1990.

RICKEN, Francis Augusto Goes; STÖBERL, Paulo Roberto. O Estado e a ação política organizada: Cooperativismo Agropecuário no estado do Paraná (1907-1988). **Revista Eletrônica de Ciência Política, [S. l.], v. 5, n. 2, 2014.** DOI: 10.5380/recp. V 5i2.38273.

RICKEN, José Roberto; MAFIOLETTI, Robson Leandro; SILVA, Daniely Andressa da; MILLÉO FILHO, Samuel Zanello. **Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense:** Relatório final. Curitiba: Sistema Ocepar. 2023.

RICKEN, José Roberto. “**Programa de Educação Política**”. Epígrafe presente em cartaz institucional do Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense. Curitiba: Sistema OCEPAR, 2022. Material gráfico. 2022b.

STÖBERL, Paulo Roberto. **Conceito de Sociedade Cooperativa.** In Sociedades Cooperativas. São Paulo: Lex, 2018. p. 25 -56.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições 2022.** Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

Daniely Andressa da Silva · Coordenadora de Relações Institucionais do Sistema OCEPAR – Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

Diogo Tavares · Analista de Relações Institucionais do Sistema OCEPAR – Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

José Roberto Ricken · Presidente do Sistema OCEPAR – Mestre em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).